



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA CREDENCIAMENTO

Nº 01/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.168/22

UASG 389169

O **CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ**, por intermédio de seu Presidente, **HELVÉCIO NEVES FEITOSA**, torna públicas as regras para credenciamento de **PLANO OU SEGURO PRIVADO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE**, para prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos, terapia e internações, na modalidade COLETIVO, dos tipo a) Plano Básico em apartamento individual com banheiro privativo – cobertura estadual; e b) Plano Opcional em apartamento individual com banheiro privativo – cobertura nacional. O fito é o de celebrar **ACORDO DE PARCERIA**, com fundamento no art. 116 da Lei nº 8.666/93, e art. 230 da Lei nº 8.112/1990, objetivando oferta de Planos de Saúde particular, coletivo e empresarial, por adesão, de operadoras devidamente autorizadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, objetivando a prestação de serviços de assistência à saúde suplementar com atendimento médico-hospitalar aos servidores ativos e dependentes do CREMEC, bem como servidores aposentados, sem dependentes, devendo ser ofertados com cobertura na forma disciplinada pela Resolução Normativa nº 465, de 24 de fevereiro de 2021, pela Resolução Normativa nº 438, de 3 de dezembro de 2018, pela Resolução nº 195, alterada pela Resolução Normativa nº 200, de 13 de agosto de 2009, e pela Resolução nº 196, de 14 de julho de 2009, e orientações e especificações técnicas constantes neste edital e demais orientações posteriores, pertinentes ao assunto.

Av Antônio Sales, nº 485 – Joaquim Távora – Fortaleza – Ceará – CEP 60.135-101

Fone: (85) 3198-3700 – www.cremec.org.br



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

1 – DO OBJETO

1.1. Credenciamento de Administradora de Benefícios para a oferta de Planos de Saúde particular, do tipo coletivo e empresarial, por adesão, de operadoras devidamente autorizadas pela ANS, objetivando a prestação de serviços de assistência à saúde para a prestação de serviços de assistência médico-hospitalar, laboratorial, exames complementares e serviços auxiliares de diagnósticos, terapia e internações, na modalidade **COLETIVO**, aos servidores ativos e aposentados, bem como dependentes dos servidores ativos, do tipo:

ITEM 1 – PLANO BÁSICO EM APARTAMENTO INDIVIDUAL COM BANHEIRO PRIVATIVO – COBERTURA ESTADUAL

ITEM 2 – OPCIONAL EM APARTAMENTO INDIVIDUAL COM BANHEIRO PRIVATIVO – COBERTURA NACIONAL

1.2. A assistência inclui REEMBOLSO onde não tiver rede própria de atendimento, para os funcionários ativos e aposentados do CREMEC, bem como os dependentes diretos dos servidores ativos, todos a **PREÇO PER CAPITA**, no total estimado de **129 (cento e vinte e nove) vidas**.

1.3. O credenciamento da(s) Administradora(s) de Benefícios será formalizado mediante assinatura de Acordo de Parceria, a ser celebrado entre o CREMEC, representado por seu Presidente, e a(s) Administradora(s) que vierem a ser habilitadas.

1.4. São partes integrantes deste Edital:

1.4.1. Anexo I – Projeto Básico;

1.4.2. Anexo II – Quadro Demonstrativo de Beneficiários;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

- 1.4.3. Anexo III – Declaração de Habilitação;
- 1.4.4. Anexo IV – Declaração de Não Empregar Menor de Idade;
- 1.4.5. Anexo V – Declaração de Sustentabilidade Ambiental;
- 1.4.6. Anexo VI – Minuta do Termo de Parceria;
- 1.4.7. Anexo VII – Mapa de Preços.
- 1.5. A prestação do serviço iniciará a partir de 01 DE FEVEREIRO DE 2023.
- 1.6. É prerrogativa da credenciante incluir e excluir, a qualquer tempo, beneficiários titulares e/ou dependentes a partir do credenciamento, se obrigando a credenciante a fornecer relação dos beneficiários, com nome e qualificação com documentos de identificação, além de comprovante do vínculo empregatício.

2 – VIGÊNCIA:

2.1– O prazo de credenciamento será de 02 (dois) anos a partir da publicação deste Edital.

2.2 - O credenciamento poderá ocorrer a qualquer tempo, dentro da vigência do Edital.

2.3. O envio da documentação poderá ocorrer a partir da publicação do edital.

2.4. A partir **06/01/2023** será iniciada a análise da documentação apresentada pela Comissão Permanente de Licitações desta autarquia federal.

3 – DA APRESENTAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO

3.1. As empresas interessadas deverão encaminhar a documentação exigida nesse edital e anexos, bem como qualquer dúvida, impugnação, recurso e congêneres, para o e-mail licitacoes@cremec.org.br, ou na sede deste órgão, sito à Avenida Antônio Sales, nº 485, Joaquim Távora, nesta Capital.

3.2. Não será aceito credenciamento extemporâneo ou condicional.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

3.3. As informações prestadas, assim como a documentação enviada, são de inteira responsabilidade dos interessados, cabendo-lhes certificarem-se, antes de seu cadastramento, que atendem a todos os requisitos para participarem do processo de credenciamento.

3.4. A apresentação da documentação implica no aceite dos interessados em participarem do processo de credenciamento junto ao CREMEC e submissão, independentemente de declaração expressa, a todas as normas e condições estabelecidas no presente Edital e anexos, assim como aos atos normativos pertinentes expedidos pela ANS, não sendo permitida, em hipótese alguma, qualquer alteração ou entrega de documentos diversos do exigido no presente edital.

4 – DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar do processo de credenciamento para celebração de Acordo de Parceria as Administradoras de Benefícios que atenderem plenamente a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e aos requisitos de habilitação.

4.2. Não poderão participar:

4.2.1. Os interessados que se encontrem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação, qualquer que seja sua forma de constituição, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aqueles que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública.

4.2.2. Empresas prestadoras que tenham como sócios, gerentes ou diretores, membro ou servidor em exercício no CREMEC, ocupante de cargo de direção, ou, ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau, inclusive, em linha reta, colateral ou por afinidade, bem como empregados a serem utilizados no



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

fornecimento que sejam parentes até o terceiro grau dos respectivos membros ou servidores do CREMEC.

5 – DA PROPOSTA DOS PLANOS A SEREM OFERTADOS

5.1. Caberá à empresa administradora de benefícios interessada declarar que no ato da assinatura do Acordo de Parceria apresentará rede de operadoras de planos de saúde contratadas capazes de cobrir, no mínimo, os custos relativos aos atendimentos ambulatoriais, internações hospitalares e atendimentos obstétricos previstos no Rol de Procedimentos da ANS vigente, assim como na RN nº 465/2021 e/ou normas posteriores.

5.2. Os planos oferecidos deverão ser planos privados, coletivos empresariais.

5.3. Os planos das operadoras prestadoras dos serviços de saúde devidamente registradas na ANS deverão prestar os serviços aos beneficiários do CREMEC, contemplando as regras estabelecidas no Projeto Básico, de forma a assegurar a opção de escolha dos beneficiários.

5.4. A Administradora deverá apresentar ao CREMEC, no ato da assinatura do Acordo de Parceria, os Termos de Contratos, Acordos ou Ajustes celebrados com as operadoras disponibilizadas, em que estejam claramente definidas as responsabilidades das partes e comprovado o conhecimento das condições do referido acordo, conforme modelo constante do Anexo V do Projeto Básico.

5.5. A rede de atendimento disponibilizada pelas operadoras contratadas deverão oferecer, no mínimo, relação nominal de 100 (cem) médicos ativos e credenciados no Estado do Ceará, o que será previamente comprovado pelo CREMEC durante o julgamento das propostas, bem como a relação nominal de especialidades requisitadas no Projeto Básico determinadas em, no mínimo, 8 (oito) unidades no Ceará, distribuídas em, no mínimo, 3 (três) municípios.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

5.6. Os médicos de que trata o item anterior poderão ser integrantes do corpo clínico dos estabelecimentos credenciados.

5.7. A empresa deverá ainda declarar a disponibilidade de, no mínimo, 10 (dez) laboratórios credenciados no Estado do Ceará que possuam, no mínimo, os equipamentos necessários para a realização dos exames contidos no Projeto Básico. Os laboratórios estarão sujeitos à vistoria de suas instalações pelo CREMEC, afim de restar comprovado o atendimento dos requisitos estabelecidos.

5.8. A empresa deverá declarar relação nominal e endereços de, no mínimo, 150 (cento e cinquenta) hospitais gerais, clínicas e estabelecimentos credenciados ou próprios, abrangendo a totalidade das especialidades requisitadas no Projeto Básico em cada unidade da federação, oferecidas por cada estabelecimento, fora do Ceará.

5.9. Os licitantes deverão elaborar suas propostas, com observância das seguintes condições:

5.9.1. Redigir sua oferta em português, sem emendas, rasuras, cotações alternativas ou entrelinhas, fazendo constar nome e o número do seu registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

5.9.2. Indicar endereço, e-mail e telefone de contato, bem como fazer menção ao número deste Pregão, ao dia e a hora da realização de sua sessão pública;

5.9.3. Informar o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados do dia útil imediatamente posterior ao indicado no preâmbulo deste Edital;

5.9.4. Consignar o valor unitário e global do Plano Básico (apartamento individual com banheiro privativo e cobertura estadual), valor este correspondente ao valor per capita, multiplicado pelo quantitativo de vidas, sendo estimado em 129 (cento e vinte e nove) e multiplicado pelos 12 (doze) meses do ano, em moeda corrente nacional, ficando estabelecido que na hipótese de divergência entre um e outro, se adotará os unitários para fins de apuração do real valor da proposta.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

6 – DA HABILITAÇÃO

6.1. A habilitação far-se-á com a apresentação da seguinte documentação:

6.1.1. Relativa à habilitação jurídica:

6.1.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual;

6.1.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto, ou Contrato Social em vigor, devidamente arquivado, em se tratando de sociedades empresariais, e, quando for o caso, ata da eleição de gestores;

6.1.1.3. Os documentos mencionados no subitem anterior deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

6.1.1.4. Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; e

6.1.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.1.1.6. As exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados com tradução livre. Para fins de assinatura do Acordo de Parceria, os documentos de habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilado nos termos do Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

6.1.2. Relativa à regularidade fiscal:

6.1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

6.1.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2017, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

6.1.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

6.1.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

6.1.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal e estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

6.1.2.6. Prova de regularidade com as Fazendas Municipal e Estadual, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, no âmbito do domicílio ou sede do licitante.

6.1.3. Relativa à qualificação técnica:

6.1.3.1. A empresa deverá estar devidamente registrada na ANS como administradora de benefícios, conforme exigência da RN nº 196/2009, e possuir autorização de funcionamento;

6.1.3.2. A empresa deverá comprovar, através de atestados de capacidade técnica, emitidos por entidades públicas ou privadas que prestou ou presta serviços de planos de assistência à saúde;

6.1.3.3. A empresa deverá apresentar declaração expedida por entidades públicas ou privadas, em que demonstre a permissão de aproveitamento de carências entre as operadoras responsáveis pela prestação dos serviços de saúde;

6.1.3.4. Apresentar certidão expedida pela ANS de que a empresa atende às exigências de ativos garantidores, relativa ao 1º trimestre de 2021, exigível na forma da Lei, constantes da RN nº 514/2022.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

6.2. As administradoras de benefícios cadastradas e habilitadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação exigidos nos subitens 6.1.1. e 6.1.2., conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 3/2018.

6.3. Para efeitos de habilitação prevista na IN SEGES/MP nº 3/2018 mediante utilização do sistema, as administradoras deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista neste Edital, sendo dever das administradoras atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data de início de análise prevista neste Edital, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

6.4. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da administradora, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pela Comissão lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.5. As licitantes deverão apresentar, ainda, os seguintes documentos:

6.5.1. Declaração, conforme parágrafo segundo do artigo 32 da Lei nº 8.666/93, de que inexistente fato superveniente impeditivo da habilitação, conforme modelo constante do Anexo II do Projeto Básico;

6.5.2. Declaração de que não emprega menor, conforme disposto no art. 27, inc. V, da Lei nº 8.666/1993, em cumprimento ao estabelecido no inc. XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo anexo;

6.5.3. Declaração informando que os serviços serão prestados de acordo com os critérios legais de sustentabilidade ambiental, de acordo com a legislação aplicável, conforme modelo anexo.

6.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

6.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

6.8. Se a administradora for matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a administradora for filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

6.9. Serão aceitos registros de CNPJ de matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6.10. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados.

7 – DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS

7.1. A análise da documentação será processada pela Comissão Permanente de Licitações deste órgão, em conformidade com as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos.

7.2. A comissão verificará se os documentos apresentados cumprem os requisitos de habilitação e de formalização da proposta.

7.3. A comissão poderá conceder prazo adicional para complementar a entrega de documentos eventualmente faltantes ou para promover a regularização desses, mediante comunicação eletrônica diretamente aos interessados.

8 – DA HOMOLOGAÇÃO

8.1. Serão declarados habilitados para o credenciamento todos os requerentes que atenderem à integralidade das exigências contidas neste Edital e Anexos, cujo resultado será publicado no Diário Oficial da União.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

8.2. Transcorrido o prazo recursal e não havendo contestação, as propostas das empresas declaradas aptas ao credenciamento serão submetidas à autoridade competente para homologação.

9 – DOS RECURSOS

9.1. Os interessados poderão recorrer do resultado publicado, apresentando suas razões devidamente fundamentadas e por escrito, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do primeiro dia subsequente à data da divulgação prevista no subitem 8.1., ficando, nesse período, franqueadas vistas ao processo.

9.2. O recurso limitar-se-á a questões de habilitação, considerando, exclusivamente, a documentação apresentada no ato da inscrição, não sendo considerado documento anexado em fase de recurso,

9.3. O recurso será protocolado junto à Comissão, ficando estabelecido o prazo de até 5 (cinco) dias úteis para reconsiderá-lo ou fazê-lo subir devidamente informado à autoridade superior competente, que terá 5 (cinco) dias úteis para análise e decisão.

9.4. Somente o próprio interessado ou seu representante legalmente habilitado poderão interpor os recursos.

10 – DA ASSINATURA DO ACORDO DE PARCERIA

10.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas será firmado Acordo de Parceria com as Administradoras de Benefícios consideradas aptas ao credenciamento, com vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses.

10.2. O CREMEC convocará as licitantes para assinar os respectivos Acordos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação para tal, sob pena de decair do direito ao credenciamento, no caso de descumprimento do prazo.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

10.2.1. O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela Administradora de Benefícios durante seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e devidamente aceito pelo CREMEC.

10.3. O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica e/ou digital, garantida a eficácia das Cláusulas, nos termos do Decreto nº 8.539/2015.

11 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PAGAMENTO

11.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos orçamentários no Orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará no exercício de 2023 e demais exercícios , caso haja prorrogação contratual.

11.2. Os pagamentos somente serão realizados mediante:

11.2.1. Apresentação da Fatura Mensal no endereço do CREMEC, incluindo as mensalidades dos beneficiários;

11.2.2. O pagamento será efetuado MENSALMENTE em favor da Contratada através de ordem bancária até o 10º (décimo) dia útil após a entrega do documento de cobrança a administração do Conselho Regional de Medicina do Estado do Ceará e o atesto da nota fiscal pelo Executor do contrato.

11.2.2.1. A nota fiscal deverá vir acompanhada de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante e comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Seguridade Social (INSS), inclusive relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho e de relatório de atividades prestadas pela contratada, com a descrição dos serviços e seus valores correspondentes.

11.2.2.2. Caso a empresa goze de algum benefício fiscal, esta ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL (Lei Complementar nº 123/2006), pela entrega de declaração, conforme



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

modelo constante da IN nº 1.234/2012, e suas alterações, da Secretaria da Receita Federal.

11.2.2.3. Após apresentada a referida comprovação, a empresa vencedora ficará responsável por comunicar ao CREMEC qualquer alteração posterior na situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução do objeto.

11.2.3. Os valores a serem pagos somente serão liberados mediante a apresentação da fatura e/ou nota fiscal, que deverá estar em conformidade com os serviços realizados e devidamente comprovados, com dedução do valor dos tributos incidentes conforme legislação em vigor.

11.3. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, este ficará pendente até que a empresa providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus ao credenciante.

11.4. Se, por qualquer motivo alheio à vontade do CONTRATANTE, for paralisada a prestação do serviço, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

11.5. Caso o credenciante não cumpra o prazo estipulado no item 11.2.2., pagará à empresa atualização financeira de acordo com a variação do IPCA/IBGE, proporcionalmente aos dias de atraso.

11.5.1. Não caberá pagamento de atualização financeira à empresa credenciada caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

11.6. No caso de pendência de liquidação de obrigações pela empresa credenciada, em virtude de penalidades impostas, o credenciante poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

12 – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

12.1. O CREMEC fará acompanhamento da execução dos Acordos de Cooperação assinados, adotando as providências necessárias para seu fiel cumprimento, devendo quaisquer ocorrências de descumprimento ser registradas em relatórios específicos e juntadas ao processo de credenciamento.

12.2. A execução dos serviços prestados pela Administradora de Benefícios será acompanhada e fiscalizada por servidores especialmente designados na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666/1993 e legislação correlata.

13 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. No caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do compromisso assumido com o CREMEC, as sanções administrativas aplicadas ao licitante serão as seguintes:

13.1.1. Advertência;

13.1.2. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

13.1.3. Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com o CREMEC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

13.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir o CREMEC pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

13.1.5. Descredenciamento.

13.2. Na hipótese de descumprimento de qualquer das condições avençadas, implicará multa correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, subtraído o que foi executado.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

13.3. Não havendo mais interesse do CREMEC na execução parcial ou total do contrato, em razão do descumprimento pela Contratada de qualquer das condições estabelecidas para a prestação dos serviços objeto deste certame, implicará multa à contratada no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

13.4. O descumprimento total ou parcial da obrigação, nos termos do item 13.3 ensejará, além da multa do item 13.3, as sanções previstas nos subitens 13.1.1 a 13.1.5 desse edital.

13.5. As multas a que se referem os itens acima serão descontadas dos pagamentos devidos pelo CREMEC ou cobradas diretamente da empresa, amigável ou judicialmente, e poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções previstas nesta cláusula.

13.6. Sempre que não houver prejuízo para o CREMEC, às penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras de menor sanção, a seu critério.

13.7. O não atendimento à convocação para a assinatura do instrumento, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida; ou no caso de não regularização por parte da microempresa ou empresa de pequeno porte da documentação prevista neste edital, no prazo também previsto neste edital, acarretará em multa correspondente a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo de outras cominações legais.

13.8. A licitante vencedora que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e de contratar com a União, e será descredenciada no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e do contrato e das demais cominações legais.

13.9. O descredenciamento poderá ser determinado por:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

- 13.9.1. Motivos previstos nos incisos I a VIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93;
- 13.9.2. Atendimento aos beneficiários da credenciante de forma discriminatória e prejudicial, devidamente comprovada;
- 13.9.3. Ação de comprovada má-fé, dolo ou fraude, causando prejuízos à credenciante e/ou aos beneficiários do plano;
- 13.9.4. Deixar de atender ao beneficiário alegando atraso no recebimento dos valores já faturados;
- 13.9.5. Subcontratar a execução dos serviços objeto do credenciamento.
- 13.10. Ao ato do descredenciamento, por decisão da credenciante, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 109 da Lei nº 8.666/93.
- 13.11. O descredenciamento não eximirá o credenciado das garantias assumidas em relação aos serviços executados, e de outras responsabilidades que legalmente lhe possam ser imputadas.
- 13.12. Nas hipóteses previstas no item 13.9. não cabe ao credenciado o direito de indenização de qualquer natureza, ressalvando-se a obrigação do credenciante em pagar os serviços prestados até a data da rescisão.
- 13.13. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa, na forma da lei.

14 – DA RESCISÃO DO ACORDO DE PARCERIA

- 14.1. O Acordo poderá ser rescindido de pleno direito, a qualquer tempo, pela desistência de um dos signatários ou pela superveniência de norma legal, que torne material ou formalmente inexecutável o objeto, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de **90 (noventa) dias**, ou, ainda, sobrevindo caso fortuito ou força maior, idem com relação a justo motivo, inclusive na hipótese de inexecução parcial ou total de qualquer de suas cláusulas e condições.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

14.2. São causas de rescisão a reincidência no descumprimento de quaisquer condições descritas neste Acordo de Parceria, Anexos, Edital e Proposta da licitante, ou, ainda, a prática de atos que caracterizem má-fé em relação ao CREMEC, apuradas em regular processo administrativo.

14.3. Obrigam-se os signatários a cumprir todas as cláusulas e condições durante o prazo de 90 (noventa) dias que anteceder à rescisão.

**15 – DA REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO PÚBLICA PARA
CREDENCIAMENTO**

15.1. O presente edital de credenciamento poderá ser revogado por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinentes e suficientes para justificar o ato de revogação.

16 – DO REAJUSTE

16.1. As mensalidades dos planos de saúde poderão ser objeto de reajuste, em periodicidade não inferior a 12 (doze) meses, desde que observadas as disposições constantes da Lei nº 9.656/1998 e suas alterações, e Resolução Normativa ANS nº 309/2012, e demais legislações de regência.

16.2. Os reajustes, quando pleiteados pela operadora, deverão ser negociados pela licitante em conjunto com o CREMEC.

17 – DOS PEDIDOS DE IMPUGNAÇÃO E DE ESCLARECIMENTOS

17.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 8.666/1993, devendo apresentar o pedido em até 03(três) dias úteis anteriores à data fixada para o início da análise da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

documentação, nos termos do art. 41, § 1º, da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da referida Lei.

17.2. Os interessados em participar do credenciamento poderão, sob pena de decair do direito, impugnar o edital até o 2º (segundo) dia útil anterior à data fixada para início da análise da documentação, nos termos do art. 41, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

17.3. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, através do e-mail licitacoes@cremec.org.br, ou por petição dirigida à Comissão Permanente de Licitação deste CREMEC, presencialmente apresentada à Avenida Antônio Sales, nº 485, Joaquim Távora, Fortaleza/CE.

17.4. Não serão aceitas impugnações apresentadas fora dos prazos legais.

17.4.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá à CPL decidir sobre a impugnação.

17.4.2. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser requerida pelo licitante de forma fundamentada, sob pena de desconsideração do pedido de efeito suspensivo, e, em sendo concedida, o será de forma motivada pela CPL, nos autos do processo de licitação.

17.5. Caberá à CPL decidir sobre a petição no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data de protocolização do requerimento, respeitando-se a ampla defesa e o contraditório.

17.6. Acolhida a impugnação ao ato convocatório, será designada nova data para a retificação do processo de credenciamento.

17.7. Os esclarecimentos poderão ser encaminhados à CPL, em até 3 (três) dias úteis anteriores à sessão pública, através do correio eletrônico licitacoes@cremec.org.br, devendo o requerente encaminhar as dúvidas e qualificar-se.

18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

- 18.1. A participação do interessado no Credenciamento implica a aceitação das condições constantes deste Edital e dos Anexos que o integram.
- 18.2. A credenciada deverá manter as condições de habilitação durante toda a vigência do credenciamento, observada a obrigatoriedade de atualização das informações cadastrais.
- 18.3. Os casos omissões serão resolvidos pela Comissão, conforme disposições constantes da Lei nº 8.666/93 e demais normas pertinentes.
- 18.4. Os proponentes obrigam-se a observar e guardar sigilo de todos os dados pessoais e profissionais obtidos em decorrência do presente edital, bem como a não utilizar ou divulgar as informações obtidas para qualquer fim, sob as penas da lei civil, penal e correlatas.
- 18.5. A administração poderá revogar este Edital por razões de interesse público.
- 18.6. Qualquer alteração nas condições do Credenciamento será divulgada e publicada pela mesma forma em que se deu a divulgação e publicação do texto original.
- 18.7. A inobservância, por parte do interessado, em qualquer fase do processo de credenciamento, dos prazos estabelecidos em notificações pessoais ou gerais, será caracterizada como desistência, implicando na sua exclusão do certame.
- 18.8. Incumbirá ao interessado acompanhar as comunicações do Credenciamento, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer atos.
- 18.9. No julgamento da habilitação, a CPL poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e de sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 18.10. A homologação do resultado deste credenciamento não implicará direito à contratação.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

18.11. As normas disciplinadoras do credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

18.12. Os interessados assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas documentações e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por estes custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de credenciamento.

18.13. A inexatidão de afirmativas, declarações falsas ou irregulares em quaisquer documentos, ainda que verificada posteriormente, será causa de eliminação do interessado do processo de credenciamento, anulando-se a inscrição, bem como todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das demais medidas de ordem administrativa, cível e criminal.

18.14. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

18.15. É facultado à CPL ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

18.16. A inclusão posterior de documentos será admitida em caráter de complementação de informações acerca dos documentos enviados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame, no sentido de aferir o substancial atendimento aos requisitos de proposta e de habilitação.

18.17. Fica assegurado ao CREMEC o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO CEARÁ - CREMEC

18.18. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

18.19. A licitante se compromete a manter durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação.

18.20. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela **Comissão**.

18.21. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização do CREMEC, não eximirá a licitante de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

18.22. Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

18.23. As questões decorrentes da execução deste Edital que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas na Justiça Federal, eleito o Foro da Seção Judiciária do Estado do Ceará.

Fortaleza, 13 de dezembro de 2022.

Rênia Nunes de Meneses Moreira
PRESIDENTE CPL/CREMEC

Antonio Pinheiro de Souza Neto
EQUIPE DE APOIO

Danilo Serafim da Silva
EQUIPE DE APOIO